



Escritas da etnografia e da história no *I Congresso de História Nacional* do IHGB (1914)*

Breno Sabino Leite de Souza

Mestrando em História – UNESP/Assis

breno.sabino@hotmail.com

RESUMO: Este artigo visa investigar o discurso etnográfico no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no início do século XX. Para tanto, neste texto, analisaremos a organização do I Congresso de História Nacional no ano de 1914, e mais especificamente, a seção reservada para a discussão sobre a etnografia: “História das explorações archeológicas e ethnographicas”. Organizada por Edgard Roquette-Pinto, essa seção publicou, nos Anais do evento, cinco teses compreendidas como um painel dos debates que ocorriam naquele momento em torno das problemáticas etnográficas, antropológicas e políticas em relação à constituição étnica do brasileiro. Buscou-se assim, na compreensão deste evento, interrogar-se sobre os temas, métodos e intelectuais envolvidos em tal escrita.

PALAVRAS-CHAVE: Escrita etnográfica; História da historiografia; IHGB

ABSTRACT: This Article intends to investigate the ethnographic discourse amongst the Brazillian Historical and Geographic Institute's members , proceeding a analysis of the organization of the I Congress of National History, occured in 1914. The article will focus specifically on the historical and ethnographical section of the Congress : History of the archeological ans ethnographical explorations, organized by Edgard Roquette-Pinto and published as a part of the event's final bulletin. Its five thesis will be taken as a overall view of the ethnographic and anthropological discussions at that moment and the public policies about the brazilian ethnic constitution.

KEYWORDS: Ethnographyc writing; History of historiography; IHGB.

Introdução

As escritas da etnografia e da história estiveram no cerne do discurso construído sobre o passado nacional no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ao longo do século XIX e primeiras décadas do XX¹. Tendo em vista a relevância da investigação

* Pesquisa de mestrado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

¹ Uma longa bibliografia sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi produzida nos últimos anos, a seguir destacamos os mais relevantes textos para o desenvolvimento deste trabalho: GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009; GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 156, n. 388, p. 459-613, jul.-set. 1995; _____. *Da Escola Palatina ao Silogeu*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007; GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. *Nação e civilização nos*



das fronteiras entre os saberes, a pesquisa ainda em desenvolvimento que originou o presente texto propõe o estudo de uma disciplina que, vinculada à história, desenvolveu-se no mesmo período e em uma mesma base epistemológica sob os auspícios do Instituto: a etnografia.

Ter como objetivo a compreensão das escritas da etnografia e da história desenvolvidas no início do século XX no IHGB teve como ponto de partida o questionamento realizado por Michel de Certeau: “O que fabrica o historiador quando “faz história”? Para quem trabalha? Que produz? [...] O que é esta profissão ?”² Entre outros questionamentos realizados sobre a escrita historiográfica, tornou evidente que:

O conhecimento histórico é perspectivista, pois ele também é histórico e o lugar ocupado pelo historiador também se altera ao longo do tempo. Nem sempre se fez a História do mesmo jeito, e ela serviu a diferentes funções no decorrer do tempo. O historiador não pode escamotear o lugar histórico e social de onde fala, e o lugar institucional onde o saber histórico se produz.³

No presente texto, abordaremos a organização do I Congresso de História Nacional realizado em 1914 como uma das primeiras iniciativas voltadas para uma maior especialização da escrita da história. Cabe salientar que o evento organizado pelo Instituto reservou uma de suas seções à questão etnográfica. Sob o título de “História das explorações archeologicas e ethnographicas”, Edgard Roquette-Pinto organizou a seção que reuniu cinco teses dedicadas aos temas da etnografia, com destaque para o indígena e o negro: *Distribuição geographica das tribus indigenas na época do descobrimento; A contribuição ethnographica dos Padres da Companhia de Jesus e dos chronistas leigos dos primeiros seculos; Os naturalistas viajantes dos Seculos XVIII e XIX e o progresso da ethnographia indigena no Brasil;* e, por fim, as duas últimas sob o mesmo título *As tribus negrus importadas. Estudo ethnographico, sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos.*

Essas teses discutiram os temas aos quais se propuseram, mas também apresentaram importantes balanços críticos com o intuito de propor e defender novos caminhos para os estudos etnográficos brasileiros. Essa característica presente nos cinco

tropiços. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 1, p. 5-27, 1988; HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Dissertação (Mestrado em História). 2007. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUC, Porto Alegre.

² CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 65.

³ ALBURQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 61.



textos apresentados mostra, de um lado, o debate em torno dos estudos sobre os indígenas, que teve no IHGB um lugar privilegiado de escrita desde sua fundação, em 1838, e desde o final do século XIX foi acolhido também em outros lugares de produção. E, do outro lado, marca duas tentativas de delimitação em torno de estudos relacionados ao negro que não tiveram espaço no Instituto durante o oitocentos.

Como uma “sistematização do conhecimento histórico disponível”⁴, a seção de “História das explorações archeologicas e ethnographicas” permite estabelecer questionamentos referentes à escrita da etnografia e da história, bem como aos lugares em que tais escritas foram produzidas no início do século XX. Neste artigo apresentaremos a relevância de Edgard Roquette-Pinto para a organização do I Congresso de História Nacional e, mais especificamente, para a seção reservada à etnografia e, em seguida, às teses apresentadas.

Organização do Congresso e da Seção

Em sessão realizada no IHGB em 1913, Manuel de Oliveira Lima (1867-1928) pronunciou uma conferência intitulada o “Actual Papel do Instituto Histórico”, na qual discutia quais desafios deveriam ser enfrentados por seus sócios naquele momento. Mobilizando sua vasta experiência internacional, propôs a realização de um Congresso nos moldes dos que eram organizados na Europa e nos Estados Unidos, “em que fossem representados todos os institutos históricos estaduaes, formando-se assim uma federação intellectual e affectiva” com o objetivo de “reforçar entre nós o sentido nacional”⁵.

O papel do Instituto defendido por Lima, evidenciado diversas vezes em seu texto, é o de “divulgador máximo das informações relativas ao nosso passado commum”⁶. A escrita da história desejada nesta conferência tinha como perspectiva um forte componente patriótico, que no entender de Oliveira Lima deveria ser o fio condutor da produção e da realização de um Congresso organizado pelo IHGB.

A proposta oficial de realização do I Congresso de História Nacional foi pronunciada na sessão seguinte do mesmo ano por Max Fleiüss (1868-1943), historiador e

⁴ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*, p. 90.

⁵ LIMA, Manuel de Oliveira. *Actual Papel do Instituto Histórico*. Revista do IHGB, Tomo LXXVI, parte II, 1913, p. 489.

⁶ _____. *Actual Papel do Instituto Histórico*, p. 489.



secretário perpétuo do Instituto. Fleiüss retoma o discurso de Oliveira Lima e coloca em votação a proposta que foi aprovada por unanimidade⁷.

Realizado no Rio de Janeiro entre 7 e 16 de setembro de 1914, o I Congresso de História Nacional foi dividido em 9 seções de trabalho que contemplavam variados aspectos da história pátria. Cada seção possuía um relator e eram apresentadas teses oficiais e avulsas, sendo as primeiras escritas por convite do próprio Instituto e as outras que deveriam passar por aprovação dos organizadores da seção. Segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães, o evento foi responsável por promover a “sistematização do conhecimento histórico disponível conferindo-lhe unidade e coerência.”⁸

Uma das seções dedicava-se a etnografia, sob o título de “História das Explorações Archeológicas e Ethnographicas”, que foi coordenada Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) e “direcionava-se para o exame dos elementos constitutivos da formação étnica da população brasileira.”⁹

O problema da constituição étnica da população brasileira foi enfrentado pelo IHGB desde sua criação em 1838, para tanto se instituiu uma escrita particular em constante relação com a história, a etnografia. “A etnografia, então, tanto foi um saber auxiliar da história como ela mesma, em sua inteligibilidade, derivou dos pressupostos do conhecimento histórico que ora se desenvolvia.”¹⁰ Conforme Turin:

Portanto, na própria constituição da centralidade da História dentro de um regime moderno de historicidade, surge esse discurso outro, como em um espelho, simétrico e inverso, que se ocupará por excelência do “selvagem”, do “primitivo”, e mesmo do “popular”, instituindo-os como

⁷ A organização de um congresso de história naquele momento pode ser entendida como parte de um projeto de dar publicidade e renovar os estudos realizados por seus sócios e correspondentes. Na transição do regime monárquico para o republicano, o Instituto enfrentou uma série de dificuldades de diversas ordens. Identificado com o modelo político anterior, precisou passar por mudanças para recuperar, no início do século XX, o prestígio de outrora. Uma das formas empreendidas com este intuito foi a realização de eventos e obras coletivas, onde se insere o I Congresso. Sobre as dificuldades enfrentadas e os novos projetos iniciados com a República, ver: GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argumentvm, 2009; e GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro, RJ: Museu da República, 2007. Para uma situação semelhante enfrentada pelo Instituto Histórico de Paris, ver: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Entre Amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 184-200.

⁸ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*, p. 167.

⁹ _____. *Da Escola Palatina ao Silogeu*, p. 155.

¹⁰ KODAMA, Kaori. *Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 2, p. 253-272, maio-ago. 2010, 261.



objetos. Essa partilha, fundada na consolidação de um mesmo espaço de saber, acabaria por se mostrar, todavia, uma partilha ilusória, pois o objetivo primeiro do discurso etnográfico era, justamente, trazer o outro para o mesmo, enquadrá-lo, ainda que por vias indiretas, num mesmo plano de inteligibilidade que é o discurso histórico.¹¹

A etnografia teve um espaço privilegiado no IHGB para seu desenvolvimento e debate ao longo dos oitocentos. No entanto, desde o final deste mesmo século dividia seus estudos com outros lugares de produção, dentre os quais podemos destacar: o Museu Nacional, o Museu Paraense e o Museu Paulista. Nesses lugares eram privilegiadas as discussões a partir de uma perspectiva da antropologia física e da biologia. Nesse cenário é interessante destacar que o IHGB¹² manteve algumas características particulares, se o compararmos com outras instituições, dialogando ao mesmo tempo com sua própria tradição e com as novas perspectivas e demandas do início do século.

Necessário notar que muitos desses letrados transitavam como “polígrafos”¹³ entre diversas instituições, característica marcante no início do século XX quando as disciplinas estavam delimitando suas fronteiras e os estudiosos tinham uma formação ampla que poderia contemplar áreas diferentes do conhecimento.

Edgard Roquette-Pinto foi um exemplo deste tipo de trajetória. Formado em medicina, tornou-se antropólogo do Museu Nacional a partir de 1905 e seria eleito sócio correspondente do IHGB em 1913. Participaria ainda ao longo de sua carreira, da Academia Brasileira de Letras, da Sociedade de Geografia, da Academia Nacional de Medicina, da Associação Brasileira de Antropologia e de uma longa lista de organizações. Também atuou de forma destacada em congressos científicos nacionais e internacionais nas áreas de antropologia, história, medicina, geografia e eugenia¹⁴.

¹¹ TURIN, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, 14-15.

¹² Outros Institutos congêneres mantiveram uma perspectiva próxima ao do IHGB. Temos estudos que mostram o uso das teorias raciais e da etnografia no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ver: FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2002. MAHL, Marcelo Lapuente. *Teorias raciais e interpretação histórica - o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis.

¹³ Termo utilizado por Angela de Castro Gomes para definir esses letrados de fins do século XIX e início do XX que moviam-se “pelas fronteiras fluidas de diversos campos disciplinares”, GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*, p. 25.

¹⁴ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)*. 2012. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz, FioCruz, Rio de Janeiro.



No parecer emitido pela comissão encarregada de avaliar a obra de Roquette-Pinto para admissão como sócio do Instituto, em Sessão ordinária realizada em 15 de Julho de 1913, foram destacados os seguintes textos do autor apresentados em congressos: *Ethnographia Indigena do Brasil*, exposto no Quarto Congresso Médico Latino Americano; *Notas sobre os Índios Nhambiquaras*, as primeiras anotações apresentadas após a Comissão Rondon no XVIII Congresso de Americanistas em Londres no ano anterior; e *Note sur la situation sociale des Indiens du Brésil*, exposta no Congresso Universal de Raças também em Londres no ano de 1911. Neste parecer, ao invés da erudição comumente evocada no Instituto, outras qualidades foram utilizadas para justificar seu ingresso, tais como sua juventude e a cientificidade. O perfil traçado nas poucas páginas da justificativa era de um cientista atuante e jovem, com formação em medicina, preocupado com os rumos da pátria e capaz de propor inovações¹⁵.

Roquete-Pinto tomou posse no mês seguinte, na Sessão realizada em 30 de Agosto, e seguindo os rituais acadêmicos do IHGB foi conduzido por uma comissão composta por quatro sócios para o recinto em que firmou compromisso legal e pronunciou seu discurso. Nesse discurso Roquette-Pinto se apresentou ao Instituto e procurou mostrar que seus interesses eram coincidentes. Como nos lembra Ângela de Castro Gomes,

Tais discurso [...] eram enunciados por quem de direito, para quem de direito, em condições de direito, inclusive em uma ocasião ritualizada, isto é, definida para consagrar aquele que diz e o que diz. Dessa forma, pode-se defender que o conteúdo do discurso, mesmo não sendo necessariamente consensual, era entendido como legítimo.¹⁶

Podemos concluir que sua posse significou, além do ingresso, a delimitação de um programa de pesquisa em etnografia no IHGB. Seu trabalho conciliava questões, fontes e métodos que, desde o século anterior, compunham os estudos etnográficos do Instituto, com a abordagem da antropologia física e das problemáticas biológicas que faziam parte de suas perspectivas intelectuais. Citando o trabalho iniciado por Varnhagen, com a proposta de criação de uma seção de etnografia em 1840¹⁷, se posiciona como o continuador desse trabalho.

¹⁵ LIMA, Manuel de Oliveira. *Actual Papel do Instituto Histórico*. Revista do IHGB. Tomo LXXVI, parte II, 1913, 538-540.

¹⁶ GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*, p. 66-67.

¹⁷ Na sessão realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1º de Agosto de 1840, o historiador e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen(1816-1878) propunha a criação de uma seção dedicada aos estudos de etnografia indígena. Objetivo que seria alcançado anos mais tarde em 1847, quando era criada a



Procurando reunir, por intermedio do Instituto, material e informações elle sentira a necessidade de remover um dos escolhos que encontram ainda hoje os que se entregam a esses estudos: a dispersão dos dados e noticias.

O grupamento de uma série de monographias dedicadas ás tribus estudadas formaria o tractado de Ethnographia que todos nós desejamos.

Tentarei, talvez, a escalada dessa montanha, forte do vosso auxilio, si um outro mais bem aparelhado antes o não fizer.¹⁸

No entanto, o objeto da etnografia não se limitaria mais às “tribus” estudadas nos oitocentos, pois, “interessado nas questões da Anthropologia, no que se não separa do ponto de vista social, não póde deixar de se occupar com os problemas que encontra no seu proprio paiz”¹⁹. Os problemas encontrados no país, segundo Roquette-Pinto, se ampliaram, não se limitando apenas ao indígena. O etnógrafo precisava preocupar-se com os negros após abolição, com os emigrantes europeus e com a composição de um tipo brasileiro.

Compreendeis agora, meus senhores, porque a Ethnographia no Brasil, não póde mais prender sómente ao aborigene.

Não é que o indio seja thema exhausto, incapaz de interessar por mais tempo. Longe disso.

É um assumpto que se renova. Quando a atenção do ethnographo começa a dormir sobre as aquisições realizadas estalam novas noticias.²⁰

Ricardo Ventura Santos, ao analisar a obra de Roquette-Pinto em comparação com *Os Sertões* de Euclides da Cunha, demonstra a importância do último em relação ao primeiro e à antropologia das primeiras décadas do século XX. Tanto em Cunha quanto em Roquette-Pinto, existiu a preocupação do conhecimento do interior do Brasil, de um outro país, diferente daquele do litoral. A compreensão do sertanejo considerado a “alma do brasileiro” atribuía-lhe “um papel importante (de ‘mediador salutar’) na constituição de

Seção de Etnografia e Arqueologia, neste momento definia-se “de maneira concisa, o objeto da etnografia (os índios), seus objetivos (estudo das línguas, crenças e dos costumes) e sua pertinência social (orientar a política indigenista do Estado imperial)”. MOREIRA, Vânia. *O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, n° 59, p. 53-72, 2001, p. 60.

¹⁸ ROQUETTE-PINTO, Edgar. *Discurso*. Revista do IHGB. Tomo LXXVI, parte II, 1913, 595.

¹⁹ ROQUETTE-PINTO, Edgar *Discurso*, p. 591.

²⁰ _____. *Discurso*, p. 593.



um país ainda a ser conhecido e nacionalizado”²¹. Anos depois de seu ingresso no IHGB, Roquette-Pinto dedicaria um artigo aos *Sertões* no qual criticou as posições assumidas por Cunha em relação às raças e ao cruzamento. Para o autor, “sob as teses de hierarquia das raças, estaria o imperialismo, que nelas encontrava uma justificativa para o processo de expansão colonial dos países europeus”²². Embora essa posição tenha sido assumida por Roquette-Pinto apenas anos após sua posse no Instituto, podemos observar algumas características de suas propostas deste discurso ao se preocupar com os outros temas e objetos aos quais a antropologia deveria se dedicar.

Somando-se aos novos objetos de pesquisa, havia ainda a necessidade de estudar a literatura especializada que fora produzida em língua estrangeira havia ainda poucos anos pelos viajantes que estiveram no Brasil pesquisando sua natureza e população, dos quais destacaram Carl von Martius, Peter Lund, Karl von den Steinen, Paul Ehrenreich, Koch-Cunberb, Schmidt.

As reuniões preparativas para a realização do I Congresso de História Nacional iniciaram-se ainda em 1913, tomando como conclusão dividir o mesmo em nove seções em que cada uma teria um nome escolhido para desempenhar a função de relator. O relator tinha a incumbência de organizar toda a seção: a escolha dos temas que seriam apresentados, quem apresentaria as teses oficiais e quais teses avulsas seriam aceitas. Conseqüentemente, as seções trouxeram características marcantes de seus organizadores.

Edgard Roquette-Pinto²³ foi o escolhido para a seção de “História das explorações archeológicas e ethnographicas” e propôs sete pontos que deveriam ser abordados pelos expositores. Foram selecionados os respectivos responsáveis para cada tema, segundo suas especialidades:

²¹ SANTOS, Ricardo Ventura. *Os debates sobre mestiçagem no início do século XX: Os Sertões e a medicina-antropologia do Museu Nacional*. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Orgs.). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008, p. 132.

²² _____. *Os debates sobre mestiçagem no início do século XX*, p. 133.

²³ Além de Edgard Roquette-Pinto, outros nomes foram selecionados para compor a seção após a escolha dos apresentadores que, seguindo a orientação da organização do evento, deveriam acompanhar os trabalhos nos dias de exposição, assim a seção ficou com a seguinte composição: Dr. Edgar Roquette-Pinto (presidente), Dr. José Vieira Fazenda, Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Dr. Theodoro Sampaio, Dr. Affonso A. de Freitas, Dr. Nelson de Senna, Dr. Domingos Jaguaribe, Dr. Affonso Claudio e Barão de Studart. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, IHGB, Imprensa Nacional, 1915-1917, v. 1, p. 83.



3ª Secção - Historia das Explorações Archeologicas e Ethnographicas ²⁴		
Tese	Título	Autor
1. ^a	Distribuição geographica das tribus indigenas na época do Descobrimto	Affonso A. de Freitas
2. ^a	Troncos linguisticos indigenas do Brasil e sua influencia recíproca durante os tempos históricos. Modificações dos idiomas.	Rodolpho Schuller
3. ^a	A contribuição ethnographica dos padres da Companhia de Jesus e dos chronistas leigos dos primeiros séculos.	Nelson de Senna
4. ^a	Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e o progresso da ethnographia indígena no Brasil	Theodoro Sampaio
5. ^a	As tribus indígenas extinctas nos tempos históricos.	Sergio de Carvalho
6. ^a	As tribus negras importadas. Estudo ethnographico, sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos.	Affonso Claudio
7. ^a	A imigração branca sob o ponto de vista ethnographico	Juliano Moreira

As sete propostas temáticas de Roquette-Pinto seguiram as preocupações apresentadas em seu discurso de posse proferido meses antes, no qual demonstrou conhecer o “lugar social”²⁵ em que estava se inserindo e quais eram as pesquisas que ocuparam seus sócios desde a fundação do Instituto. Mas também trazia as indagações que deveriam ocupar os etnógrafos naquele momento segundo sua formação como antropólogo do Museu Nacional.

Essa característica fica clara com o convite efetuado a Juliano Moreira para discutir sobre a imigração branca ao Brasil, tema que começou a ser debatido nas instituições científicas no país. Moreira, médico de formação, e um dos introdutores da psicanálise em terras brasileiras, foi um árduo combatente das teorias raciais em voga no período. Ao

²⁴ *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, IHGB, Imprensa Nacional, v.2, 1915-1917.

²⁵ Refiro-me aqui à noção de *operação historiográfica* formulada por Michel de Certeau, na qual desenvolve o argumento de que a história é a articulação entre um *lugar social*, uma *prática científica* e uma *escrita*. O IHGB é compreendido aqui como uma “instituição se inscreve num complexo que lhe *permite* apenas um tipo de produção e lhe *proíbe* outros”. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*, p. 76.



relacionar suas análises psicanalíticas com as ideias eugênicas, que procuravam explicações para doenças em causas raciais, relativizou a noção de “raça” presente nestes estudos.²⁶

Neste sentido, o Congresso propôs um debate amplo que formava um painel das discussões de então. A etnografia deixava de ser uma disciplina dedicada apenas ao indígena e seu alcance se ampliava. Indígenas, negros e brancos poderiam ser objetos de estudo dessa disciplina que delimitava, ao lado da história, suas preocupações, e reunia uma diversidade de posições em relação ao futuro das respectivas raças, segundo o vocabulário da época, no processo de desenvolvimento do país.

Uma leitura das teses

Embora sete temas tenham sido propostos por Edgard Roquette-Pinto para as teses oficiais, e que os relatores selecionados tenham confirmado sua presença, três ausências podem ser notadas: Rodolfo Schuller, Sergio de Carvalho e Juliano Moreira. Assim, essas teses ficaram sem publicações e exposição no evento. Nos *Anais do Congresso* aparecem, portanto, quatro publicações oficiais com o acréscimo de uma tese avulsa.

A primeira tese apresentada e publicada nos *Anais do Congresso* foi “Distribuição geographica das tribus indigenas na época do descobrimento”, escrita pelo sócio correspondente do Instituto Affonso A. de Freitas (1868-1930)²⁷. Com o subtítulo da primeira parte “Os primitivos habitantes do Brasil”, o artigo propõe uma reflexão sobre a particularidade do indígena brasileiro frente aos americanos e africanos, combatendo os estudos que afirmam que o território nacional havia sido primeiramente ocupado por estrangeiros. Dessa forma, a tese se desenvolve no sentido de compreender a ocupação do Brasil na época do descobrimento, ou seja, dos primeiros relatos e escritos sobre o assunto com o intuito de provar a teoria de autoctonia do primitivo brasileiro.

Segundo Freitas, o primitivo brasileiro descenderia de dois troncos indígenas distintos: um autóctone, nascido das bacias do Prata e do Amazonas, e outro do tupi-guarani, descido para o Brasil vindo do planalto boliviano em tempos imemoriais. A partir desta constatação, o texto apresenta o movimento dos Tupis e a posterior localização dos

²⁶ Sobre Juliano Moreira, ver: VENANCIO, Ana Teresa A. *As faces de Juliano Moreira: luzes e sombras sobre seu acervo pessoal e suas publicações*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. n° 36, julho-dezembro de 2005, p. 59-73.

²⁷ FREITAS, Affonso A. de. Distribuição geographica das tribus indigenas na época do descobrimento. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, IHGB, Imprensa Nacional, 1915-1917, v. 2, pp. 489-510.



variados grupos indígenas formados deste encontro na época de chegada dos portugueses. Cabe salientar o entendimento da ocupação do território brasileiro desenvolvida por Affonso de Freitas em sua tese, segundo o qual existia um “primitivo brasileiro” na figura do indígena autóctone e, portanto, fruto da própria terra anterior ao elemento europeu.

A segunda tese, intitulada “A contribuição ethnographica dos padres da Companhia de Jesus e dos chronistas leigos dos primeiros seculos”, foi a contribuição de Nelson de Senna (1876-1952)²⁸. Iniciando sua exposição com uma série de citações de Pandiá Calógeras, Barão de Studart, Miranda Azevedo e Sylvio Romero, Senna justifica a importância dos padres jesuítas para a história do Brasil e, em especial, para a catequese indígena. As primeiras páginas são, em vista disso, uma história da criação da ordem, seus feitos, grandes homens e vinda para o país. Nota-se que essa contextualização operada sobre a Companhia de Jesus não tinha o único intuito de informar o leitor. Justificava o olhar dos padres como legítimos, confiáveis e sinceros. Entendidos como benfeitores e especialistas nas línguas e catequese dos silvícolas, seus olhares transcritos em relatos eram entendidos como privilegiados para o estudo dos selvagens brasileiros.

[...] antes de von Martius ninguém classificou, por um methodo scientifico, com base na filiação linguistica ou parentesco dos dialectos, os nossos aborigenes. Os proprios grupos ethnicos de Martius: Tupis, Gês ou Krans, Guerens ou Crens, Guck ou Cocos, Parecis ou Parexis, Goitacás, Aruaks, e Guaycurús ou Lengoas, já estão modificados depois dos mais recentes trabalhos de von Steinen e outros. Porque, pois, admirar que os Jesuitas tivessem deixado de dar a ultima palavra no assumpto (ainda hoje bem controvertido!) da classificação ethnographica do selvagem brasileiro?²⁹

Foram os “tenazes” missionários os primeiros que analisaram os diversos povos indígenas, “tinham sinão com inteiro rigor scientifico, pelo menos com admiravel tacto e observação do methodo de filiação ethnica pela comparação linguistica”³⁰. Expõe de forma sucinta os principais trabalhos de civilização e etnografia indígena. O fim da ordem, também fim do texto, é o lamento pelo prejuízo causado pela extinção da Companhia de Jesus.

²⁸ SENNA, Nelson de. A contribuição ethnographica dos padres da Companhia de Jesus dos Chronistas leigos dos primeiros seculos. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, IHGB, Imprensa Nacional, 1915-1917, v. 2, pp. 511-542.

²⁹ _____. A contribuição ethnographica dos padres da Companhia de Jesus dos Chronistas leigos dos primeiros seculos, p. 529.

³⁰ _____. A contribuição ethnographica dos padres da Companhia de Jesus dos Chronistas leigos dos primeiros seculos, p.530.



Concluindo as publicações a respeito dos indígenas no Congresso, encontra-se o texto oferecido por Theodoro Sampaio (1855-1937), a terceira tese oficial dos Anais, que tinha como objeto de análise “Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e o progresso da ethnographia indigena no Brasil”³¹. Tema que, como destaca Maria Lúcia Guimarães, só se tornaria comum anos mais tarde por se dedicar a “alguns aspectos da cultura brasileira que só seriam incorporados às análises historiográficas na década de 1930, nas obras pioneiras de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda”³².

Theodoro Sampaio, como explicita no título da tese, escreveu uma história dos exploradores para discutir a produção científica e influência que tiveram para o desenvolvimento da etnografia no Brasil. Inicia seu argumento no século XVIII, mas este parece servir apenas como uma introdução e para apresentar-nos Alexander Von Humboldt. A seguir, dedica-se exclusivamente ao século posterior.

Humboldt desempenha a função de explorador exemplar, mas também demonstra o entendimento de Sampaio de quais seriam as fronteiras disciplinares da etnografia: “A geographia e sobretudo as sciencias naturaes dominam o campo das investigações no primeiro periodo do século XIX”³³. Esse foi, segundo o autor, o início das viagens que percorreram o país a partir do último quartel dos setecentos e que se intensificaram no oitocentos.

Assim, descreve detalhadamente os viajantes que trouxeram alguma contribuição para a área construindo sua própria posição sobre o tema em que defende a particularidade do homem americano e sua constituição como uma raça única, embora não acredite em sua origem autóctone. Desenvolvendo seu argumento, divide a etnografia em duas áreas de pesquisa: a arqueologia e a linguística, na qual cada uma desempenharia um papel nos estudos desses povos que não possuíam escrita.

As duas teses seguintes dedicaram-se ao mesmo tema e tiveram um mesmo título: “As tribus negras importadas. Estudo ethnographico, sua distribuição regional no Brasil.

³¹ SAMPAIO, Theodoro. Os naturalistas viajantes dos Seculos XVIII e XIX e o progresso da ethnographia indigena no Brasil. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, IHGB, Imprensa Nacional, 1915-1917, v. 2, pp. 543-594.

³² GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*, p. 164.

³³ SAMPAIO, Theodoro. Os naturalistas viajantes dos Seculos XVIII e XIX e o progresso da ethnographia indigena no Brasil, p. 548.



Os grandes mercados de escravos”. A primeira oficial, apresentada por Affonso Claudio (1859-1934), e a segunda, única tese avulsa da sessão, por Braz do Amaral (1861-1949)³⁴.

Affonso Claudio inicia sua tese com um debate sobre a raça africana, no qual defende a existência de três raças – “Negros, Negróides e Ethiope-negros” – e uma infinidade de tipos no continente. Por este motivo, argumenta que a classificação geográfica e etnográfica simplesmente não é suficiente para compreensão da distribuição racial no continente. A existência de uma multidão de tipos se deve aos cruzamentos raciais que aconteceram ao longo da história. Não havendo assim raças puras na África como em lugar nenhum do mundo, fato que geraria desigualdades evolutivas entre as tribos. Dessa forma,

Compete a esse especial ramo do conhecimento, dar esclarecimentos acerca das subdivisões do genero humano, sob o ponto de vista de seus caracteres *naturaes* relativos á cor e ás formas, bem como a respeito dos caracteres *sociaes*, expressos pela *língua*, pela *filiação historica*, pelos *costumes*, *cultura*, *religião*, etc.etc...³⁵

Nas páginas seguintes são apresentadas as características etnográficas de diferentes tribos “negras” que vieram para o Brasil trazidas pelo tráfico. Seguindo sua definição de análise etnográfica divide o texto em seções em que descreve diferentes características, a saber: arte, vestuário, armas, agricultura, animais, bebidas, mercados e feiras, casamento, mulher, sucessão de bens, religião, rituais funerários, manifestações emocionais, língua e justiça. Constituindo um verdadeiro inventário dessas populações.

Dividido em quatro capítulos, reservou o IV para uma análise histórica dessas populações que vieram ao Brasil, privilegiando o tema da escravidão. O título do capítulo é esclarecedor do conteúdo discutido:

Origens da escravidão nos tempos remotos e do trafico africano em época posterior. A expansão do trafico por parte das nações européas. A escravidão em face do direito. Persistencia dos portugueses na captura de africanos e de sua introdução nas possessões do reino. Reacção operada

³⁴ CLAUDIO, Affonso. As tribus negras importadas. Estudo ethnographico, sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, IHGB, Imprensa Nacional, 1915-1917, v. 2, pp. 595-660; AMARAL, Braz do. As tribus negras importadas. Estudo ethnographico, sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, IHGB, Imprensa Nacional, 1915-1917, v. 2, pp. 661-693.

³⁵ _____. As tribus negras importadas. Estudo ethnographico, sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos, p. 611.



contra o tráfico negro, pelas leis brasileiras. Tribus africanas importadas e sua distribuição no Brasil. Mercados de escravos.³⁶

Abordando o mesmo tema deste capítulo IV, acima mencionado, temos a última tese publicada nos Anais de autoria de Braz do Amaral. Nela se encontra uma apresentação das tribos africanas vindas para o país trazidas pelo sistema escravista brasileiro. No entanto, a discussão de maior destaque em seu texto é sobre o acesso à informação por parte do historiador que quisesse estudar as populações negras. Acusando o governo brasileiro de esconder a verdade, destruindo e queimando documentos da escravidão que dificultavam sua tarefa, deveria esta continuar sendo um objetivo de interrogações, pois “a verdade não se apaga com tanta facilidade da vida de um paiz, como se queimou alguns papeis.”³⁷

A medida, porém, produziu um triste efeito, qual foi o de nos privar de documentos preciosos para reconstruir a historia desta raça africana, que tão profundamente deixou signaes indeleveis de sua passagem nas terras da America e especialmente no Brasil.³⁸

Muitos vestígios da escravidão e dessas populações foram perdidos, na opinião de Amaral, com o intuito de enganar a população sobre seu passado, porém nem a possível destruição dos papéis faria com que a escravidão fosse esquecida, visto que deixou marcas profundas no país que seriam lembradas por muito tempo.

O caminho para a civilização brasileira

Notamos nas propostas apresentadas por Edgard Roquette-Pinto e nas respectivas teses publicadas nos Anais do I Congresso que alguns conceitos são centrais na composição do discurso etnográfico no período. Indígenas, negros e brancos são classificados por critérios raciais considerados determinantes no desenvolvimento psíquico, moral, intelectual e material dos povos e o seu lugar ocupado em relação à civilização.

A noção de civilização em sua concepção iluminista compõe um projeto francês universalista e humanista de interpretação do mundo. Segundo Denys Cuche, o conceito de civilização de origem francesa contrapôs-se ao conceito de cultura (*kultur*) alemão. O primeiro pressupunha a unidade da humanidade e sua diferenciação segundo o estado

³⁶ CLAUDIO, Affonso. As tribus negras importadas. Estudo ethnographico, sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos, p. 636.

³⁷ CLAUDIO, Affonso. As tribus negras importadas. Estudo ethnographico, sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos, p. 664.

³⁸ _____. As tribus negras importadas. Estudo ethnographico, sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos, p. 664.



evolutivo em que se encontra, enquanto *kultur* privilegiava a visão particularista das sociedades. Civilização neste entendimento seria o estágio mais avançado no caminho evolutivo da humanidade em que se encontrariam apenas algumas sociedades europeias. Para o autor, essas noções de civilização e cultura foram importantes no século XIX na conformação das ciências sociais nascentes e da forma como definiram seus olhares sobre outras populações³⁹. No caso brasileiro, os caminhos percorridos na busca de um posicionamento para a questão também foram decisivos para o desenvolvimento das ciências sociais no país.

O que era ser um país civilizado nos trópicos? Manoel Luís Salgado Guimarães dedicou-se a essa questão em seu artigo “Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, ao analisar a fundação e a escrita da história realizada pelo IHGB. Texto em que Guimarães associa o discurso histórico construído com o “delineamento de um perfil para a *Nação brasileira*, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das *Nações*.”⁴⁰

Neste estudo o autor argumenta que a história escrita nesse momento teve o objetivo de definir os contornos da “nação brasileira” como representante da “civilização” nos trópicos. Relacionando “nação, civilização e Estado monárquico”, esse discurso delimitou a questão da identidade nacional brasileira ao mesmo tempo em que definia seus “outros”: índios e negros como não portadores da noção de civilização e as repúblicas latino-americanas representantes da barbárie, inserindo, assim, a nação brasileira “numa tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao Iluminismo.”⁴¹

Nesse contexto a disciplina da etnografia começa a ser empreendida no estudo desses “outros” do discurso nacional em construção e encontra no IHGB seu lugar de produção por excelência. Apenas a partir da década de 1870 outros lugares começam a pesquisar a questão racial sob outras perspectivas, notadamente o Museu Nacional. No entanto, as pesquisas desenvolvidas em antropologia física pelos cientistas do Museu, que ainda teriam grande repercussão nas primeiras décadas do século posterior, não

³⁹ CUCHE, Denys. 2ª edição. Trad. Viviane Ribeiro. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: Edusc, 2002.

⁴⁰ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 1, p. 5-27, 1988, p. 6.

⁴¹ _____. Nação e civilização nos trópicos, p. 8.



abandonaram as noções de civilização e progresso. Ao contrário, associaram tais ideias com as perspectivas biológicas em voga.

No livro *O Espetáculo das Raças*, Lilia Moritz Schwarcz dedicou-se ao amplo panorama de teorias raciais que foram utilizadas nas interpretações no Brasil entre as décadas finais do século XIX e as primeiras do XX. Localizando o início da recepção de tais ideias na década de 1870, a autora argumenta que a preocupação dos brasileiros a respeito da mestiçagem tornou-se, durante o período, “uma questão central para a compreensão dos destinos da nação.”⁴² As concepções evolucionistas associadas à biologia geraram modelos analíticos pautados na noção de raça de uma forma determinista que, embora paradigmáticas, resultaram em diferentes leituras.

Para Schwarcz, a discussão no século XIX entre monogenistas e poligenistas foi amenizada a partir da publicação de Charles Darwin, em 1859, de *Origem das espécies*. Daquele momento em diante, o novo paradigma evolucionista foi capaz de aglomerar os dois grupos. Os primeiros seriam aqueles ligados a uma tradição cristã e que acreditavam numa origem única da humanidade, assim como os escritos iluministas que olhavam os homens como iguais em sua origem e nas possibilidades de progresso. Por outro lado, os poligenistas podem ser caracterizados como os que afirmaram que diversos grupos deram origem aos homens. Nessa segunda perspectiva as diferenças eram consideradas irreduzíveis, a humanidade seria formada por várias raças⁴³.

Entre os intelectuais brasileiros, pensar essa posição de um país mestiço e suas possibilidades de progresso rumo à civilização tornou-se objeto de investigações científicas, obras literárias e políticas públicas. Em todas as instituições de ensino e pesquisa do país o tema foi contemplado: museus etnográficos, faculdades de direito e medicina e Institutos Históricos. Nesse sentido, pensar a constituição étnica da população brasileira era uma condição para o entendimento das possibilidades de futuro da nação.

O IHGB possuía uma tradição de análise etnográfica, caracterizada pelos estudos de populações indígenas vinculado à escrita do passado da nação. A etnografia funcionaria como uma ciência auxiliar da História com o objetivo de compreender o papel do indígena nesse processo. Destacamos as referências feitas a Karl Von Martius que realizou uma

⁴² SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 18.

⁴³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 49.



classificação indígena linguística em seus trabalhos e que era discutida naquele momento. João Capistrano de Abreu (1853-1927), que havia publicado seu estudo sobre a língua dos caxinauá naquele mesmo ano de 1914⁴⁴, era citado como exemplo de estudo etnográfico a ser feito pelos sócios do Instituto.

Eram povos na infância ou em decadência? Poderiam adentrar a civilização? Deveriam ser incluídos ou excluídos? Preservados ou eliminados? Diversas foram as posições assumidas pelos letrados do oitocentos, seja na valorização do “índio Tupi como matriz da nacionalidade”⁴⁵ brasileira promovida pelos românticos, seja em sua caracterização negativa atribuída aos escritos de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Posicionando-se sobre o assunto em seu discurso de posse no Instituto, Roquette-Pinto criticou duramente as conclusões do historiador a respeito dos indígenas:

Varnhagen merece este cuidado. Elle foi por vezes defensor de opiniões retrogradadas. Aconselhava a guerra aos Índios brasileiros[...]

A sua indianophobia, tão paradoxal em um ethnographo do seu valor, pois que ninguém se occupa carinhosamente com os objectos que não estima, nasceu de um grande susto que lhe fizeram durante certa viagem os índios de Paraná.

Em vez de organizarmos a sua destruição, como elle queria, organizamos a sua protecção; e assim foi melhor...⁴⁶

Na primeira década do novo século a questão parece ter sido superada. Uma posição deste tipo não era mais aceita publicamente. A preocupação com os problemas do presente, como defendia Roquette-Pinto, exigia do etnógrafo a continuação das pesquisas sobre os indígenas e sua preservação, mas também o olhar sobre os negros e os imigrantes, atentando para os tipos brasileiros que se formavam das misturas possíveis, destacando-se o sertanejo, pois composição étnica significava o rumo que o Brasil poderia tomar.

No entanto, uma posição contrária ao extermínio indígena não significava o abandono da ideia de civilização ligada à raça. Podemos observar diferentes posições assumidas nos textos, todavia todas se organizando sob o conceito de civilização em

⁴⁴ Refiro-me a *rã-txa hu-ni-ku-ĩ* - a língua dos caxinauás do rio Ibuacú, afluyente do Murú (Prefeitura de Tarauacá). Sobre este livro ver: CHRISTINO, Beatriz Protti. *A rede de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma análise historiográfica do Ra-txa Hu-ni-ku-ĩ em face da sul-americanística dos anos 1890-1929*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

⁴⁵ MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. Tese (Livre-Do cência em Antropologia) – Universidade de Campinas, Campinas, p.5.

⁴⁶ ROQUETTE-PINTO, Edgar. *Discurso*, p. 595.



contraposição à selvageria/barbárie/primitivismo. Os quatro binômios analisados por Michel de Certeau em seu estudo sobre o relato do viajante Jean de Lery em sua organização textual são complementares para a ideia de uma oposição entre civilização e selvageria, sendo estes: oralidade/escrita, espacialidade/temporalidade, alteridade/identidade, inconsciência/ consciência⁴⁷.

Em sua exposição sobre os jesuítas, Nelson de Senna entende que a catequização efetuada por estes no primeiro século após a chegada dos portugueses aos povos silvícolas foi um chamado à civilização. Conciliando uma perspectiva cristã com sua análise etnográfica, podemos observar em suas considerações algumas características de um evolucionismo que considerava o progresso como inerente a todas as populações. Dessa forma, o trabalho dos jesuítas colocaria os indígenas brasileiros em outro estágio no caminho para a civilização pelo ato da catequese.

Afonso de Freitas, por sua vez, ao defender a autoctonia do indígena brasileiro afirma que não importa se estes foram criados por geração espontânea, sistema de catástrofes como afirmou Cuvier ou seguindo as leis da evolução de Darwin.

Contemporaneo de todas as revoluções sysmicas e em consequência dellas mesmo, o homo brasiliensis, o ascendente dos aymorés teve a sua *expansão e a sua civilização retardadas* por centenas de séculos para; sómente em época relativamente próxima a *tempo históricos*, ensaiar a ocupação do continente, distendendo-se pelos intérmios sertões do norte e nordeste do paiz.⁴⁸ (grifo nosso)

Freitas alinha-se com as pesquisas poligenistas ao afirmar a autoctonia do indígena brasileiro. Mesmo adotando tal perspectiva acredita no progresso dos mesmos que com algumas centenas de anos seguiriam rumo à civilização, ou seja, existiria nesse caso um caminho da evolução de todos os povos e nessa lógica evolucionista uns mais avançados e outros mais atrasados. Outra característica evidenciada neste trecho é o lugar atribuído à história, que só teria início com a chegada do elemento civilizatório europeu, destinando a selvageria a algum tempo anterior aos tempos históricos. A etnografia, entretanto, não se limitava ao estudo dessas populações apenas quando no período anterior ao chamado tempo histórico, mas também quando inseridos nestes tempos da civilização.

⁴⁷ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*, p. 211.

⁴⁸ FREITAS, Affonso A. de. Distribuição geographica das tribus indígenas na época do descobrimento, p. 494.



A posição de Theodoro Sampaio parece ir nessa mesma direção ao afirmar que,

Os trabalhos mais recentes da *catequese dos índios* em Matto Grosso e Goyaz; os cuidados ultimamente dispensados pelo governo brasileiro as populações indígenas sob um regime de proteção systemática; as explorações arrojadas do coronel Rondon [...] e essa recentíssima expedição do Sr. Theodoro Roosevelt [...], tudo isso revela de nossa parte o despertar de uma era nova, senão o desígnio assentado de dar combate definitivo ao que dentro das nossas fronteiras ainda se queda ignorado de referencia á Terra, como ao *Homem primitivo* que a habita.⁴⁹ (grifo nosso)

A noção de civilização funciona como organizador do texto etnográfico atribuindo-lhe função e um objetivo. Como podemos ver, eles discorrem sobre a catequese e proteção dos indígenas, a incorporação dos negros via escravidão no século passado e a recente onda migratória europeia ao país. Enfim, sobre o futuro da população brasileira e suas possibilidades de desenvolver-se rumo à civilização. Embora o componente racial seja destacado nessas análises, o nível de determinismo atribuído a ele tem uma variação importante como podemos ver na citação de Roquette-Pinto:

A Anthropologia não se limita mais a medir craneos e a calcular ‘índices’ discutíveis, na esperança de poder separar as “raças superiores” das “raças inferiores”.

Hoje a doutrina da igualdade vai ganhando terreno; “superiores” e “inferiores” são agora “adeantadas” e “atrazadas”.⁵⁰

Vemos nessa afirmativa de Roquette-Pinto uma crítica à antropologia física desenvolvida nas últimas décadas do século XIX, que, em nome do determinismo racial de características biológicas, criou inúmeras práticas científicas com o objetivo de avaliar os diferentes graus evolutivos de cada raça. Esse evolucionismo que interpretou a humanidade como dividida em diferentes tipos raciais fixos olhava de forma rígida para as diferenças e desenvolveu uma visão pessimista da miscigenação. “Superiores” e “inferiores” são termos que pressupõem a imutabilidade das raças e, conseqüentemente, os lugares que ocupavam no mundo. Em seu lugar, Roquette-Pinto propõe a divisão entre “adiantados” e “atrasados” que por sua vez considera que as causas das diferenças entre populações são atribuídas a outras questões que não determinadas biologicamente por raças. Para as teses fatalistas raciais, diversas respostas foram elaboradas, desde as que a aceitavam até aquelas

⁴⁹ SAMPAIO, Theodoro. Os naturalistas viajantes dos Seculos XVIII e XIX e o progresso da ethnographia indigena no Brasil, p. 555-556.

⁵⁰ ROQUETTE-PINTO, Edgar. *Discurso*, p. 591.



que de alguma forma recusavam-se. Nesse contexto, podemos observar esse desvio realizado por Roquette-Pinto como uma visão otimista da miscigenação no país.

Nísia Trindade Lima e Dominichi Miranda de Sá alertam que apesar da importância do debate racial não podemos “reduzir o debate sobre a questão nacional ao tema da ‘raça’”, pois, “o aspecto central a ser investigado dizia respeito à tentativa de compreender as principais características do que se convencionou chamar de ‘Brasil real’ e de promover uma articulação entre o processo de construção do Estado e o conhecimento e organização da sociedade.”⁵¹ Nesse sentido, a questão racial teve um papel importante dentro deste debate mais amplo que dominou a pauta dos intelectuais no período, que pensavam o Brasil em termos de atraso e buscavam possibilidades de alçá-lo ao progresso e à civilização.

Considerações finais

De forma sucinta, procuramos demonstrar um momento dos estudos etnográficos realizados no IHGB. No I Congresso de História Nacional houve o primeiro balanço realizado sobre a produção do Instituto que, com uma forte perspectiva patriótica presente no período, demonstrou uma preocupação com a construção da nação brasileira. Na seção destinada aos estudos etnográficos observamos – no mesmo sentido da orientação no restante do Congresso – essa preocupação aplicada aos seus objetos. Ou seja, no início do século XX, o discurso etnográfico esteve preocupado com a definição e o futuro do que seria o brasileiro.

A existência de um protagonismo dos intelectuais brasileiros nessas primeiras décadas do século XX, elegendo o tema da identidade nacional como objeto a ser construído (desvendado e proposto), é cada vez mais evidente com a multiplicação de estudos sobre a Primeira República. Tais intelectuais assumem, de modo obsessivo, o desafio de modernizar uma sociedade saída da escravidão e do regime monárquico, considerados, como intensidades que variavam conforme a adesão ou a aceitação do republicanismo, responsáveis, em grande medida, pelo “atraso” em que o país se encontrava.⁵²

Podemos concluir que uma ampliação do objeto da etnografia se desenhava nos primeiros anos do novo século, que ela não se destinava mais apenas àqueles grupos

⁵¹ LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. *Roquette-Pinto e sua geração na república das letras e da ciência*. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Orgs.). *Antropologia brasileira: ciência e educação* na obra de Edgard Roquette-Pinto. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Fio cruz, 2008, p. 69.

⁵² GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*, p. 25.



considerados sem história. Começava a se estabelecer no cerne da etnografia um diálogo ainda mais próximo com a história, não limitado à contraposição entre espacialidade/temporalidade. Assim, a etnografia também trabalharia, a partir de então, com populações que teriam história ou que foram inseridas no processo histórico.

No início do século XX, os estudos de etnografia realizados no IHGB mantiveram um estreito vínculo com a escrita da história, preocupados naquele momento com o futuro da nação e de seu povo. Para justificar seus motivos para o uso do nome Instituto “Histórico e Geográfico do Brasil”, ao invés de “Brasileiro” em seus trabalhos, Kaori Kodama utiliza dois argumentos: aquele fora o nome de nascimento do Instituto e do período ao qual se dedicou; e “Brasil” veio antes do “Brasileiro” no trabalho desempenhado pelos letrados do Império no projeto de uma escrita nacional⁵³. Se no século XIX o projeto de uma escrita etnográfica serviu como componente na delimitação das fronteiras da nação, no início do XX outras funções lhe podem ser atribuídas. No Instituto nomeado “Brasileiro”, a história nacional poderia explicar o desenvolvimento da população, ao passo que o brasileiro poderia explicar os rumos do Brasil.

Recebido em: 28/05/2013

Aprovado em: 07/08/2013

⁵³KODAMA, Kaori. *Os índios no império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009, 19-20.